

PLANO DE TRABALHO

Organização da Sociedade Civil: EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA – ESQUADRÃO DA VIDA

CNPJ 44.458.040/0005-80

Rede de Proteção Social: Especial

Serviços, programas e projetos: Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Casa de Passagem

Exercício: 2019

Nome do Responsável pela OSC: João Lunardelli Neto – Vice Presidente

Eugênia Maria Sellmann Chaves – Coordenadora

1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A Equipe Cristo Verdade Que Liberta – Esquadrão da Vida é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 27 de abril de 1972, que atende adolescentes, jovens e adultos, de ambos os sexos com a finalidade de:

- I. Acolhimento institucional;
- II. Serviço de atenção em regime residencial;
- III. Promoção da Reinserção familiar e social do dependente de substâncias psicoativas;
- IV. Grupo de Apoio a dependentes de substâncias psicoativas;
- V. Grupo de Apoio a familiares de dependentes de substâncias psicoativas;
- VI. Qualificação profissional;
- VII. Inserção no mercado de trabalho;
- VIII. Enfrentamento da pobreza e na assistência à família;

IX. Promoção de cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento;

X. Atividades de preservação da natureza e do meio ambiente;

XI. Atividades de Pesquisa;

XII. Prevenção ao uso indevido de drogas.

Parágrafo Único – Os serviços podem ser desenvolvidos gradualmente, de acordo com as possibilidades da Associação, sendo que cada serviço poderá ser realizado de forma independente.

As instalações físicas são adequadas, de modo a favorecer a privacidade de pessoas do mesmo sexo, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, com local adequado para guarda de pertences, alimentação, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal e vestuário.

2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Dentre tantas expressões da questão social surgidas no Brasil ao longo dos anos, uma merece especial atenção pela sua magnitude: o número crescente de pessoas que são excluídas das estruturas convencionais da sociedade.

A população de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada entre outras.

A pobreza não é exclusivamente um fenômeno de natureza econômica. Ela tem dimensões culturais, de sociabilidade, ligadas ao lazer, à saúde, à funcionalidade familiar, mas não se pode afastar de cena a sua elementariedade econômica, a despeito de sabermos que o crescimento econômico não significa imediatamente redução de pobreza.

A população de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Observa-se pelo crescimento numérico desta população – segundo Levantamento da LCA Consultores, divulgado pelo IBGE em 2018, o número de pessoas em situação de extrema pobreza, no Brasil, passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, o que significa aumento de 11,2% –, decorrente do crescimento do desemprego, do trabalho precário e reflexo da grave crise econômica no Brasil, elevando os índices de pobreza e consequentemente os níveis de vulnerabilidade de uma parcela da população, que por dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e mesmo informal, em função do mercado não conseguir absorver-la, por não possuírem as habilidades requeridas torna-os “desnecessários economicamente”.

Assim, os moradores de rua apresentam uma história de vida marcada por sucessivas perdas: da família – vínculos fragilizados ou interrompidos, do emprego, da moradia convencional, da privacidade, de referências e da própria identidade, autoestima e dignidade, não tendo acesso aos mínimos necessários para atender suas necessidades de sobrevivência, vivendo na linha da pobreza absoluta.

Bauru é uma cidade de médio porte, com população estimada de 374.272 habitantes, em 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 38º lugar entre as melhores grandes cidades do Brasil para viver, de acordo com levantamento da empresa de consultoria Macroplan, classificada como 14ª no ranking entre os municípios mais populosos com melhor estrutura para garantir qualidade de vida à Terceira Idade, conforme Instituto de Longevidade Mongeral Aegon e Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, mas que, infelizmente, não tem fugido a realidade da população em situação de rua e nem ao padrão geral do Brasil no aumento do número de moradores de rua, a despeito de não termos uma pesquisa efetiva, mas a situação preocupa as autoridades locais.

O enfrentamento dessa expressão da questão social, o município conta com a Rede de Atendimento Socioassistencial voltada à população em situação de rua, sendo a Casa de Passagem um dos serviços a integrar a rede.

EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA ESQUADRÃO DA VIDA

O serviço é o acolhimento provisório com estrutura para acolher pessoas e grupos familiares com privacidade. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem e se caracteriza pela transitoriedade no atendimento, sendo a permanência do usuário por um período de 3 (três) meses, não sendo este período fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. O processo é construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia.

O serviço visa o atendimento a grupos familiares, a jovens e adultos com vínculos familiares rompidos, ou até mesmo sem referência familiar, garantindo proteção integral aos sujeitos atendidos, com atendimento personalizado e em pequenos grupos pautado no respeito à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça /etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos em Casa de Passagem tem como objetivo principal atender de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia.

A estrutura da Casa de Passagem é adequada e acolhedora, de acordo com as normas da ABNT, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, ofertando local adequado para guarda de pertences, alimentação, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal e vestuário, quando necessário. A organização se dá de forma participativa a fim de garantir que o usuário possa sentir-se corresponsável por tarefas do cotidiano. Neste sentido, a equipe através de diálogos e reuniões estabelecem escalas semanais de organização, limpeza e manutenção dos espaços. Conta com equipe especializada para atender e receber usuários a qualquer horário do dia ou da noite.

A acolhida e escuta será realizada pela equipe técnica (assistente social e psicólogo), com vistas a conhecer a história da pessoa e ou família atendida e elaborar o plano de acompanhamento familiar, bem como a busca ativa de família biológica e extensa. As ações estabelecidas no Plano estão articuladas com a rede de serviços e órgãos que estejam acompanhando o usuário ou o grupo familiar, a fim de se alcançarem, em menor tempo, resultados de caráter mais definitivo.

O acesso ao serviço pode ser feito por encaminhamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Serviço em Abordagem Social.

Algumas categorias fundamentais destacam-se no trabalho: a dignidade e a participação. Compreendendo a primeira, como o direito que o ser humano tem à vida, à saúde, à educação e à família. A segunda, como sendo o indivíduo agente integrante do processo, ou seja, sujeito partícipe e não um mero usuário das políticas sociais.

A articulação permanente, tanto com o CREAS quanto com o Centro POP é garantida para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo, com vistas ao desenvolvimento de ações proativas que contribuem para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao acolhimento, assim prevenindo as reincidências.

O serviço atua, também, de forma articulada com as demais políticas públicas e serviços da rede.

Desde 2012, a organização vem prestando esse serviço e atendeu até hoje 2.262 acolhidos, tendo como meta 20 usuários/mês até 2014, e a partir de 2015 com meta de 30 usuários/mês.

Os usuários do serviço são predominantemente do sexo masculino e considerando o respeito à individualidade das pessoas atendemos homossexuais. A média de idade dos usuários é 38 anos de idade.

A maioria tem filhos, porém somente um percentual ínfimo declarou ter vivido com eles nas ruas. A maioria não tem convivência com os filhos e nem família constituída. A maioria dos usuários possui família, entretanto estão com os vínculos rompidos. Quanto à escolaridade a maioria não completou o ensino fundamental.

Os acolhidos tem um histórico de muitas perdas e o emprego é uma delas; e com ele extingue-se, de imediato, a fonte de rendimentos podendo gerar instabilidade familiar/econômica.

A minoria trabalhava antes de chegar à situação de rua. Cabe ressaltar que a maioria não está inserida no mercado formal de trabalho com registro em carteira, isto é, sem qualquer direito trabalhista e cobertura previdenciária. Nessa condição, enquadram-se entre os que seriam alcançados pelos benefícios sociais criados pelo governo para inclusão da população de baixa renda. No entanto, quase a totalidade informou não receber qualquer benefício.

Embora sobrevivam sem empregos regulares ou formais, geram renda para satisfazer algumas de suas necessidades. A população usuária auferir renda em atividades, como: a mendicância, a venda de reciclados, serviços de carga e descarga, guarda de carro, venda de artesanatos. Diante da importância do trabalho na vida dos indivíduos, sabe-se que é difícil trabalhar a questão da reinserção profissional quando os mesmos estão com os vínculos profissionais rompidos, uma vez que estão desqualificados para o mercado de trabalho. O desemprego gera alterações no indivíduo que influem de forma destrutiva em suas perspectivas de viver e de futuro, deixando-o à mercê de uma possível “recaída”.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional dos usuários corroboram para que não correspondam às exigências do mercado de trabalho, entrando no aglomerado do trabalho informal que cresce a cada dia e se fecha na competitividade, diminuindo para muitos a chance de autonomia e sobrevivência. Embora sejam realizadas parcerias voltadas para a qualificação profissional, observa-se que, devido, principalmente, ao perfil dos usuários de drogas, o ideal é oferecer cursos de curta duração.

O uso de substâncias psicoativas é bastante significativo entre os usuários. A grande maioria (95%) declara utilizar: álcool, crack, maconha, cigarro ou ser poliusuário. A droga consumida mais frequentemente é o crack. Sobre o momento do início do uso de drogas, a maioria relatou que começou na fase da adolescência e o associaram a fatores como a curiosidade, influência de amigos e conflitos familiares. Embora a experimentação das drogas ocorra na maioria das vezes, na adolescência e juventude, o processo até a instauração da dependência pode ocorrer na fase adulta. O consumo de substâncias psicoativas e a rua criam condições extremamente adversas para a saúde dos usuários, entre os que refere ter algum problema, o destaque fica com os acidentes provocados por condições específicas da rua: brigas, violências praticadas entre e/ou contra eles, quedas, atropelamentos, desnutrição, doenças de pele e também problemas respiratórios. Os usuários são encaminhados principalmente para UPA, pronto socorro e CAPS AD.

Outro aspecto importante de ser mencionado é em relação à cidadania, isto é a posse de documentos pessoais. A grande maioria deles não possui qualquer documento, o que os exclui da vida civil, deixando de ter direitos e de serem reconhecidas como cidadãos. Outros têm alguns documentos, mas é alta a proporção dos que não tem documentos essenciais como a carteira de

identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho. Os usuários são encaminhados principalmente para o Serviço de Acesso a Documentação Civil do Caritas Diocesano e ao Poupa Tempo.

A diretoria da organização observa a demanda existente no município para a execução do serviço de acolhimento institucional e se propõe a trabalhar garantindo os direitos preconizados em lei.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Identificação: Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Casa de Passagem
Rede de Proteção Especial de Alta Complexidade

3.2 Usuário: Pessoas adultas do mesmo sexo ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito.

3.3 Objetivo Geral: Acolher de forma qualificada e personalizada a pessoa ou grupo familiar em situação de rua, promovendo a construção conjunta do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia.

3.4 Meta de Atendimento: Acolher 30 usuários

3.5 Período de funcionamento: O Serviço funciona de forma ininterrupta.

3.6 Formas de Acesso: O usuário acessa o serviço através de encaminhamento emitido pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), pelo Serviço Especializado de Abordagem Social e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

3.7 Operacionalização: A especificidade desse Serviço está na oferta de atendimento integral de acolhimento imediato e emergencial, que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência, para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar em situação de rua e desabrigo. O atendimento em unidade institucional de passagem oferta, profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

O serviço se caracteriza pela transitoriedade no atendimento, sendo a permanência do usuário por um período de 3 (três) meses. O período não é fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. Esse processo será construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia, pautado no respeito a diversidades de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

A acolhida e escuta será realizada pela equipe técnica (assistente social e psicólogo), com vistas a conhecer a história da pessoa e ou família atendida e elaborar o Plano Individual e ou Familiar de atendimento. As ações estabelecidas serão articuladas com a rede de serviços e órgãos que estejam acompanhando o usuário ou o grupo familiar, a fim de se alcançarem, em menor tempo, resultados de caráter mais definitivo.

A articulação permanente com o Centro Pop será garantida para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo, com vistas ao desenvolvimento de ações proativas que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao acolhimento, assim prevenindo as reincidências.

3.8 Trabalho Social

- Acolhida/Recepção;
- Escuta;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- Estudo social;
- Cuidados pessoais;
- Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- Orientações sociofamiliares;
- Protocolos de atendimento entre a rede socioassistencial e as demais políticas públicas;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Referência e contra referência;
- Elaboração de prontuários e relatórios;
- Trabalho interdisciplinar;
- Diagnóstico socioeconômico;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Estímulo ao convívio familiar, coletivo e social;
- Mobilização para o exercício da cidadania;
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- Articulação com serviços das demais políticas públicas setoriais e defesa de direitos;
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Monitoramento e avaliação do serviço;
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização/entidade e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

3.9 Aquisição dos usuários

Segurança de Acolhida

- Acolhimento em condições de dignidade;
- Identidade, integridade e história de vida preservada;
- Acesso a espaços com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados as necessidades específicas;
- Acesso à ambiência acolhedora e espaços reservados para a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

Segurança de Convívio Familiar ou Vivência Familiar, Comunitária e Social

- Acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
- Ter assegurado o convívio familiar e comunitário.

Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social

- Vivências pautadas pelo respeito a si próprio e os outros, fundamentados em princípios éticos de justiça e cidadania;
- Acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;
- Acompanhamento que favoreça o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autossustentação e independência;
- Respeito aos direitos de opinião e decisão;
- Acesso à documentação civil;
- Informação e orientação sobre o serviço, direitos e como acessá-los;
- Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades;
- Desenvolvimento das capacidades para autocuidados, construção de projetos de vida e alcance da autonomia;
- Avaliar o serviço.

3.10 Descrição das atividades

As atividades propostas visam acolher a singularidade de cada usuário.

Horário	Atividades
7h00	Levantar Higiene pessoal
8h00	Café da manhã
8h30 às 11h30	Atividades internas e externas
12h00 às 13h00	Almoço
14h00 às 17h00	Atividades internas e externas
16h00	Lanche
19h00 às 19h30	Jantar
20h00 às 22h30	- Assistir TV/DVD - Palestras - Jogos - Auxílio na arrumação do quarto, roupas e objetos pessoais.
21h00	Lanche
23h00	Dormir

3.11 Impacto social esperado (indicadores / instrumentais)

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- Indivíduos e famílias protegidas;
- Construção da autonomia;
- Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades;
- Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

4. CRONOGRAMA / PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS - 2017											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Acolhida e escuta.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Oferta de refeição/ banho/ troca de roupa e pernoite.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reunião com equipe técnica articulada com os demais serviços da rede (Centro POP, CREAS, Serviço de Abordagem, CAPS ad etc.).	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Encaminhamento aos serviços da rede de saúde.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Intervenção para fortalecer os vínculos familiares e sociais.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atendimento, individual e coletivo, para informações, encaminhamentos e acompanhamento da (re) construção do projeto de vida.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenvolvimento Interior.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividades de vida diária.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividades Externas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lazer, Cultura, TV, Vídeo.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Lúdicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reinserção Familiar e Social.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Participação da capacitação e supervisão técnica constante.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reuniões.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Bauru, 07 de novembro de 2018

João Lunardelli Neto
Vice Presidente

Eugênia Maria Sellmann Chaves
Assistente Social